



**HAL**  
open science

## A Assembleia Geral da ONU de 1985 a 2010: entre lógicas nacionais e regionais

Laurent Beauguitte

► **To cite this version:**

Laurent Beauguitte. A Assembleia Geral da ONU de 1985 a 2010: entre lógicas nacionais e regionais. Visões da Europa. Representações e discursos, Annablume, pp.55-68, 2013. hal-02901644

**HAL Id: hal-02901644**

**<https://hal.science/hal-02901644>**

Submitted on 23 Jul 2020

**HAL** is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

# A Assembleia Geral da ONU de 1985 a 2010: entre lógicas nacionais e regionais

Laurent Beauguitte<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Apesar da Carta das Nações Unidas, adotada em 26 de junho de 1945<sup>2</sup>, iniciar-se com as palavras “Nós, os povos das Nações Unidas”, os Estados são desde a origem os atores<sup>3</sup> fundamentais do sistema da ONU. Quer seja no Conselho de Segurança ou na Assembleia Geral, os Estados são os únicos a poderem votar. Esta lógica estritamente internacional, contudo está sempre mais disputada por uma lógica inter-regional, na qual os blocos regionais, numerosos a beneficiarem de um estatuto de observador na ONU, desempenham um papel cada vez mais importante, quer se trate de comportamentos de voto, de patrocínios de resolução ou de discursos.

De modo mais preciso, este capítulo investiga as tensões entre lógicas nacionais e regionais na Assembleia Geral das Nações Unidas ocorridas entre 1985<sup>4</sup> e 2010. Tomando como ponto de partida uma situação anterior à queda do muro de Berlim, permite colocar em evidência a temporalidade específica destas

1. CNRS UMR IDEES. Apoio financeiro do Sétimo Programa-Quadro da Comunidade Europeia (PC/2007-2013) por meio da Convenção de Subvenção n° 225.260. E-mail do autor: beauguittelaurent@hotmail.com
2. <http://www.un.org/fr/documents/charter/> (acesso em 7 de outubro de 2011).
3. Neste texto, entende-se por “ator” qualquer entidade (Estado, grupo, ONG, etc.) reconhecida pelo sistema da ONU.
4. As sessões se iniciam em setembro. 1985 significa, na verdade, 1985-1986.

tensões. Dois tipos de fontes de informação foram usados para estudá-las: os autores dos discursos na ONU e os patrocínios de resoluções. A hipótese principal subjacente é que haveria, entre 1985 e hoje, uma regionalização crescente do comportamento dos atores estatais, a qual não está mais baseada numa comunidade ideológica como durante a Guerra Fria, mas em proximidades geográficas.

Assim, em primeiro lugar são apresentados e justificados os dados e métodos usados. Uma segunda parte traz o foco sobre os atores dos discursos na ONU, na qual, apesar de os Estados permanecerem como dominantes, eles não são mais os únicos atores. Por último, uma terceira parte investiga as estratégias relativas ao patrocínio de resoluções na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

## QUADRO CONCEITUAL

A abordagem geográfica de uma instituição internacional como a ONU e mais precisamente, da Assembleia Geral (cf. Quadro 1) não é das mais comuns. A imensa maioria dos estudos existentes pertence ao campo disciplinar das relações internacionais. Os conceitos que foram usados não pertencem todos e são próprios somente ao campo geográfico, vários foram importados de disciplinas como a sociologia das organizações ou as ciências políticas.

A Assembleia Geral considera-se, simultaneamente, como um sistema relacional e como uma organização burocrática (Crozier, 1963). É um sistema porque as ações dos atores dentro da Assembleia Geral são por grande parte determinadas por ações de outros atores. A necessidade de construir uma densa rede relacional é o único modo, especialmente para as pequenas delegações, de poder pesar sobre as decisões a serem tomadas. Ao mesmo tempo, a Assembleia Geral é uma organização burocrática onde as heranças, as lentidões e as inércias fazem parte do quadro cotidiano. Assim, um indicador de tal rigidez burocrática é a grande estabilidade de alguns temas e agrupamentos políticos, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1: A Assembleia Geral da ONU – Alguns pontos de referência

A AGNU é um dos seis órgãos principais da ONU. Os outros cinco são o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o Conselho de Tutela, o Secretariado e a Corte Internacional de Justiça.

A AGNU reúne-se em sessão ordinária na cidade de Nova Iorque (Estados Unidos), de setembro a dezembro e em função de situações de crise. Ela é composta por todos os Estados-Membros e tem como papel principal a adoção de textos chamados resolução que deveriam, supostamente, definir as normas das relações mundiais entre os mesmos. Se os 2/3 das resoluções vem sendo adotadas sem votação, as outras dão lugar à discussões frequentemente mais penosas e a votações, às vezes, acirradas. Durante a votação para uma resolução, cada Estado tem um voto.

Seis Comissões especializadas elaboram resoluções para a assembleia-plenária: política e segurança, inclusive a regulamentação dos armamentos (Primeira Comissão), Comissão econômica e financeira (Segunda), Comissão social, humanitária e cultural (Terceira), Comissão de tutela, inclusive territórios não-autônomos (Quarta), Comissão administrativa e orçamentária (Quinta) e Comissão jurídica (Sexta).

Os atores, dependendo de suas respectivas características (tamanho da delegação, potência financeira, posição dentro do sistema da ONU considerado como um todo) e de seus interesses, alternam entre lógicas de poder e lógicas de cooperação. O poder de um ator A é, de modo clássico, definido como a capacidade de obter que um ator B realize atos que ele não realizaria por ele mesmo. A cooperação pressupõe uma troca em base igualitária a fim de chegar a um consenso. É evidente que estes dois tipos de funcionamento estão mais entrelaçados do que opostos no dia-a-dia da instituição<sup>5</sup>.

O próprio nome de “organizações internacionais” (e da disciplina que as estuda – “relações internacionais”) mostra a importância do paradigma realista nas pesquisas sobre estes objetos. Esta é uma visão do mundo na qual somente os Estados podem garantir a segurança dos cidadãos dentro de um sistema caracterizado pela anarquia. Nossa hipótese propõe uma visão mais sutil, recusando, entretanto, o multilateralismo, ou seja, a governança dos problemas globais por organismos supranacionais, como paradigma único e indispensável do funcionamento atual do mundo. É justamente porque atores de diferentes níveis escalares (Estados, blocos regionais, ONGs), com lógicas e interesses específicos, convivem e colaboram para definir as normas do funcionamento glo-

5. Isso não se verifica com tanta clareza no Conselho de Segurança, onde o poder – especialmente o poder dos cinco Membros permanentes de se oporem à uma decisão (direito a veto) – assume um papel mais importante.

bal, que o estudo da Assembleia Geral da ONU interessa à Geografia. Pesquisar as inter-relações entre os níveis escalares destas estratégias e das lógicas dos atores pode ser pertinente para explicar as dinâmicas dos mecanismos globais.

## DADOS, MÉTODOS E HIPÓTESES

A Unbisnet<sup>6</sup>, base de dados bibliográficos da ONU, permite o recolhimento de informação rica e diversificada a propósito dos trabalhos da Assembleia Geral: atas de reuniões (sessões plenárias e reuniões das seis comissões), textos das resoluções, lista detalhada dos patrocinadores de resolução, resultados detalhados dos votos, etc. Embora as informações disponíveis sejam exaustivas a partir de 1993, momento a partir do qual a ONU iniciou a digitalização da documentação, não é o caso para as sessões anteriores a esta data. Assim, as atas das sessões de reunião estão disponíveis somente a partir de 1990 (45ª sessão). Quanto mais se recua antes de 1993, mais frequentes são as lacunas de dados. Por isso, os resultados apresentados aqui tem como limite cronológico inferior o início da 40ª sessão, ou seja, 1985.

O amplo volume documental acessível impõe uma seleção crítica das fontes de dados utilizadas. No que diz respeito ao estudo dos discursos, foram consultadas apenas as atas das sessões plenárias da Assembleia Geral, sendo tomada a decisão de se estudar uma a cada dois anos a partir de 1990. Os dados relativos aos patrocínios de resolução referem-se aos trabalhos da Assembleia Geral e da Terceira Comissão (Comissão social, humanitária e cultural). Os dados foram coletados a partir de 1985, respeitando um intervalo de 5 anos entre as sessões. Os resultados apresentados são, desta forma, indicadores parciais de uma evolução, mas não tem a pretensão de serem sustentados por um estudo exaustivo dos dados disponíveis. Os recursos necessários para tal estudo excederiam amplamente o quadro deste capítulo.

Atores de vários tipos têm direito a proferir discursos diante da Assembleia Geral da ONU e nem todos foram objeto do nosso estudo. Por ordem decrescente em relação ao volume de discurso, encontram-se as delegações nacionais, os/as representantes de blocos reconhecidos pela ONU<sup>7</sup>, os/as porta-vozes de

6. <http://unbisnet.un.org/indexf.htm> (acesso em 7 de outubro de 2011). A base de dados é disponibilizada dentro dos 6 idiomas oficiais da ONU (inglês, árabe, chinês, espanhol, francês e russo).

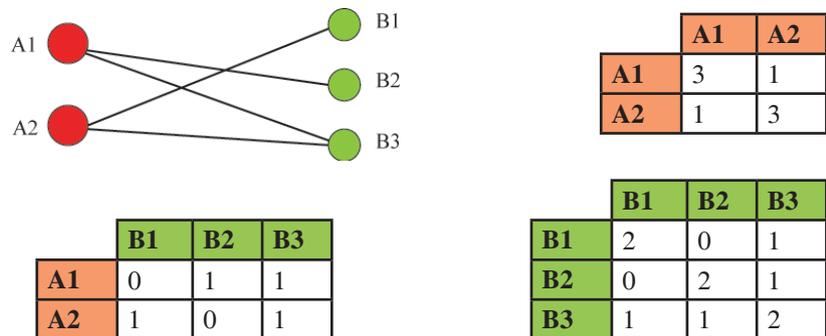
7. Para acessar à lista e composição detalhada dos blocos regionais e seus respectivos estatutos : <http://www.un.org/fr/members/intergovorg.shtml> (acesso em 7 de outubro de 2011).

comitês e organismos da própria ONU, muito mais presentes no âmbito do Conselho Econômico e Social. Nós estudamos apenas os dois primeiros grupos de atores, tendo em mente que eles representam para todas as sessões pesquisadas, entre 90 e 95% do total dos discursos proferidos.

No que diz respeito aos discursos proferidos pelas delegações nacionais, foram selecionadas três modalidades: Estado expressando-se em nome próprio, Estado expressando-se em nome próprio, mas declarando apoiar uma declaração feita em nome de um bloco e enfim, Estado expressando-se em nome de um bloco de Estados.

Os dados referentes aos patrocínios de resoluções são considerados como grafos bipartidos Estado-Resolução. Para cada sessão estudada encontram-se, nas linhas, os Estados e grupos e nas colunas, as resoluções alvo de proposição. Quando o Estado  $a$  patrocina a resolução  $x$ , então a entrada  $(ax)$  contém 1, 0 em caso contrário. É uma operação comum transformar este tipo de matriz em uma matriz de valores de co-pertinência, dando para cada par de atores o número de comportamentos em comum<sup>8</sup>. Na figura 1 encontra-se um exemplo simplificado de transformação e os resultados obtidos.

Figura 1: Do grafo bipartido aos grafos de co-pertinência

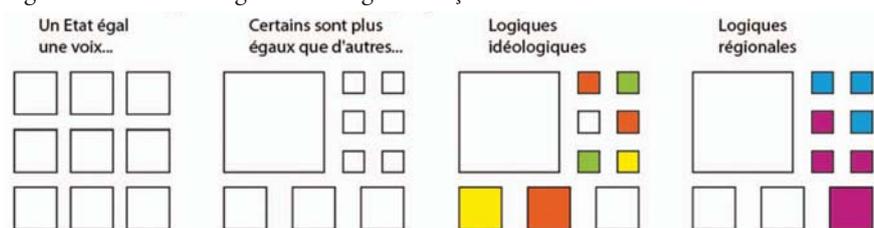


Em cima, a esquerda, encontra-se um grafo bipartido mostrando as ligações entre dois grupos: os atores A1 e A2, os atores B1, B2, B3. A matriz de adjacência correspondente foi reproduzida abaixo: 1 refere-se à uma relação, 0 à uma ausência de relação. Pode-se transformar esta matriz bipartida em matriz de co-pertinência usando ou as linhas (a direita, acima), ou as colunas (a direita, abaixo). A diagonal não traz elemento interessante e foi reproduzida apenas para fins de informação. As matrizes Estado-Resolução referindo-se aos patrocínios podem ser transformadas do mesmo modo.

8. O que equivale a multiplicar a matriz de adjacência pela matriz de transposição (veja L. et P. Beauguitte, 2011).

A figura 2 apresenta, sob uma forma voluntariamente esquemática, as lógicas de regionalização atuando e as suas causas prováveis. É para contrapesar as desigualdades entre Estados que Estados diferentes juntam-se e adotam estratégias comuns. De fato, observa-se uma variação de 1 a 100<sup>9</sup> no tamanho das delegações nacionais na ONU. As menores delegações procedem de Estados pobres, pouco povoados ou em situação de guerra. Faz-se desejável, então, para estes Estados, juntarem-se para conseguirem ser ouvidos. Ao contrário, os Estados maiores tem menor necessidade em aliar-se para conseguirem um ouvido atento, além disso, alguns são membros permanentes do Conselho de Segurança<sup>10</sup> e dispõem, portanto do famoso e polêmico direito a veto. O agrupamento pode ocorrer, em primeiro lugar, por afinidades ideológicas entre Estados e este critério parece particularmente pertinente para descrever a situação durante a Guerra Fria. A proximidade geográfica é outro critério possível. A figura é voluntariamente esquemática: não há certeza alguma que os agrupamentos regionais tenham sucedido aos agrupamentos ideológicos, há muito mais probabilidade que os dois se entrelacem ao longo do tempo.

Figura 2: Um modelo gráfico da regionalização na ONU



O modelo é voluntariamente simplificado e não considera dois elementos principais: “grandes” Estados tiveram um papel-chave na definição dos blocos ideológicos (URSS e Bloco socialista, Índia e Movimento dos não alinhados, China – popular – e Grupo dos 77). Por outro lado, lógicas regionais e ideológicas hoje em dia são mais complementares do que opostas.

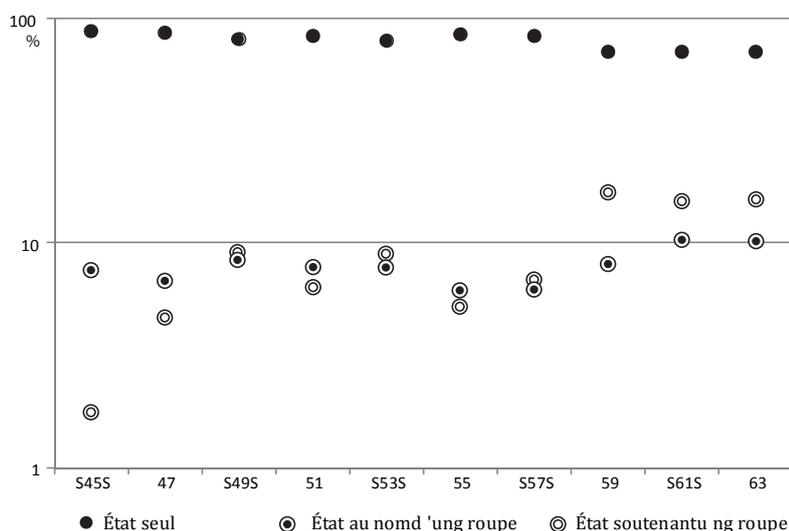
9. A lista detalhada das delegações encontra-se na Unbisnet.

10. Vale lembrar quais os cinco Estados : desde 1945, a China (Taiwan até 1971, China Popular desde então), os Estados Unidos, a Federação Russa (URSS até 1991), França e Reino Unido. A questão da reforma do Conselho de Segurança está inscrita na ordem do dia da Assembleia Geral desde 1993, mas nenhum acordo (aumento do número de Membros permanentes e não permanentes, escolha dos futuros Membros) foi encontrado até hoje.

## OS ATORES DOS DISCURSOS NA ONU

Como pode ser visto na figura 3, durante todo o período objeto da pesquisa, os Estados continuam sendo os principais fornecedores de discursos na ONU e a participação deles nunca é abaixo de 80% do total de discursos proferidos em plenário durante uma sessão. A taxa de declarações de um Estado em nome de um bloco permanece relativamente estável durante todo o período, em torno de 10% do total dos discursos proferidos. Pelo contrário, a proporção de discursos nacionais apoiando uma declaração feita por um bloco cresce continuamente ao longo do período de estudo, para estabilizar-se a mais de 10% do total dos discursos proferidos. A lógica estritamente internacional continua, por ampla maioria, dominante.

Figura 3: Os atores dos discursos na ONU



Usamos uma ordenada logarítmica para evitar a sobreposição dos pontos e facilitar a leitura da figura.

Considerando em detalhe os protagonistas dos discursos nota-se, entretanto, o nítido acréscimo do número de blocos a se expressar, assim como do número de Estados apoiando uma declaração feita por um bloco. A tabela 1 mostra assim que, em vinte anos, o número de Estados adotando esta estratégia discursiva multiplicou-se por 10, enquanto o número de blocos a se expressar multiplicou-se por 5. Durante o período estudado, o número de blocos que ganharam o estatuto de observadores na Assembleia Geral também cresceu, mas apenas em uma proporção de 1 a 2.

Tabela 1: Propriedades dos grafos bipartidos Estado-Bloco

Sessão	Número de Estados	Número de Blocos	Densidade
45 (1990-1991)	10	3	0.367
51 (1996-1997)	52	6	0.196
57 (2002-2003)	54	14	0.098
63 (2009-2010)	100	14	0.129

Em um grafo bipartido, a densidade (número de ligações presentes dividido pelo número de ligações possíveis) calcula-se com a fórmula  $L/(N*M)$  onde L aponta o número de ligações presentes, N e M o número de vértices de ambos os conjuntos entre os quais existem possíveis inter-relações. A densidade varia entre 0 (nenhuma ligação) e 1 (todas as ligações possíveis são presentes).

As figuras 4 e 5 mostram as situações em ambos os limites cronológicos do período em estudo. Em 1990-1991, apenas as declarações da Comunidade Europeia são apoiadas com regularidade pelos Estados membros. Isso não significa que ela fosse a única a se expressar no âmbito da ONU, mas, quando as delegações nacionais se expressavam por sua vez, somente as dos Estados membros da CE fazem referências a estas declarações. Vinte anos depois, a situação mudou radicalmente. Dar seu apoio à declaração de um bloco virou rotina de discurso para as delegações nacionais, sejam membros da União Europeia, do Grupo dos 77, do Movimento dos Países Não Alinhados ou do Grupo Africano, para citar somente os principais. Pode-se notar, hoje que o comportamento da União Europeia na ONU virou objeto comum de estudo (Luif, 2003; Kissack, 2010), que a área de atração da União Europeia fica limitada aos países membros e candidatos (Gowan e Brantner, 2008).

Figura 4: Estados apoiando declarações feitas por blocos, sessão 45 (1990-1991)  
Sessão 45 (1990-1991)

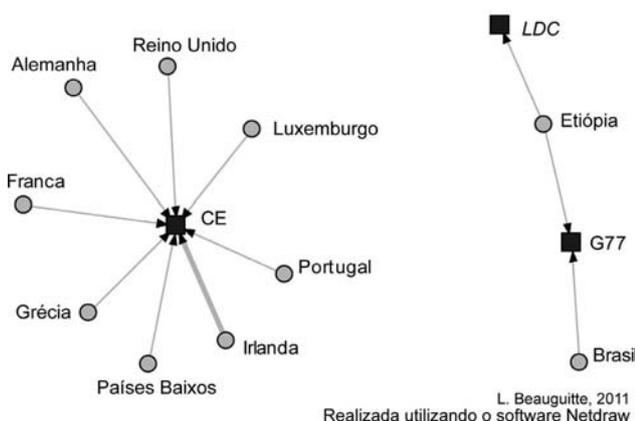
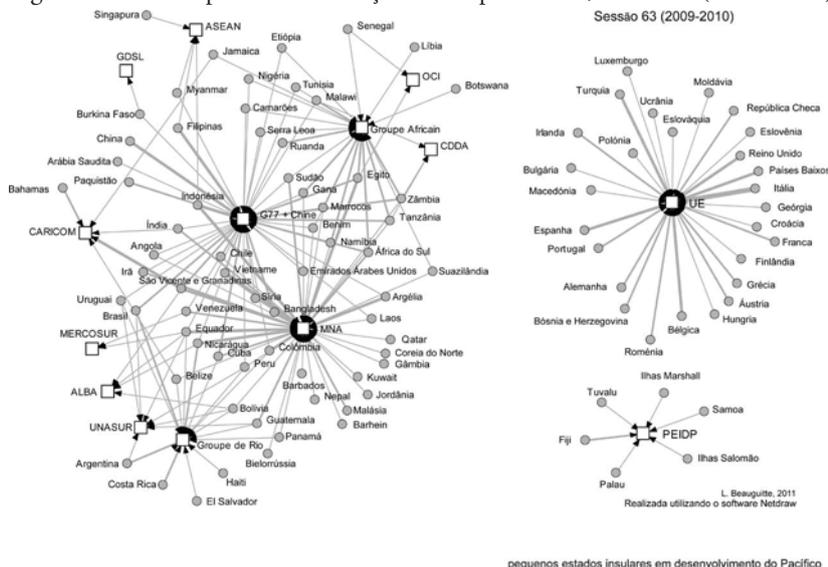


Figura 5: Estados apoiando declarações feitas por blocos, sessão 63 (2009-2010)



Figuras 4 e 5, lista das abreviações: ALBA: Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América, CARICOM: Comunidade do Caribe, CDAA: Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, CE: Comunidade Europeia, GDSL: Grupo dos Países em Desenvolvimento sem Litoral, G77: Grupo dos 77, OCI: Organização da Conferência Islâmica, PEIDP: Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Pacífico, PMA: Países Menos Desenvolvidos, UE: União Europeia, UNASUL: União de Nações Sul-Americanas. A espessura das ligações é proporcional ao número de apoios declarados (de 1 a 5).

Os grafos mostram que não ocorreu passagem de uma lógica ideológica para uma lógica regional, mas, sobretudo uma sobreposição das duas. O Grupo dos 77 e o Movimento dos Países Não Alinhados são os grupos apoiados com mais frequência. A OCI também pode ser classificada entre os grupos ideológicos<sup>11</sup>. Um mesmo Estado, entretanto, dependendo do tema discutido, escolherá apoiar às vezes a declaração de um destes blocos, às vezes a declaração feita em nome de um bloco regional como o Grupo do Rio, a CARICOM ou o Mercosul. Vale ressaltar, aliás, que este processo é particularmente presente

11. Uma discussão sobre estas categorias encontra-se em Beauguitte, 2011, p.230-237. Nomeamos bloco regional uma construção na qual a pertinência é definida numa base geográfica e bloco ideológico um grupo para o qual a proximidade geográfica não é considerada critério decisivo de pertinência.

na América Latina, na medida em que se encontram igualmente na figura 5, além dos blocos acima citados, a UNASUL e a ALBA.

Em relação ao Continente africano, este fenômeno é menos claro, pois somente a União Africana e a CDAA (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) aparecem. Enfim, referindo-se aos Estados asiáticos, apenas a ANSA parece atuar neste papel. Os últimos blocos representados na figura 5 referem-se às situações econômicas e geográficas específicas dentro do sistema-mundo (Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Pacífico, Grupo dos Países em Desenvolvimento sem Litoral).

Além disso, as figuras subestimam a importância crescente dos blocos regionais, na Assembleia Geral: de fato, os grupos compostos por poucos membros aparecem de modo excepcional. Assim, quando um Estado membro do CANZ (Canadá, Austrália, Nova Zelândia), profere um discurso em nome do bloco, os outros dois membros consideram seu ponto de vista já expressado e não demandam a palavra. Ao contrário, o fato de as delegações nacionais continuarem proferindo um discurso em nome próprio, até mesmo quando estejam apoiando uma declaração comum, parece indicar uma forte resistência do nível nacional.

#### OS AUTORES DE RESOLUÇÃO: DA LÓGICA IDEOLÓGICA À LÓGICA REGIONAL?

Se o voto dos Estados Membros da ONU deu lugar a vários estudos e à produção acadêmica contínua desde os anos 1950, com o artigo fundador de Margaret Ball (1951), o patrocínio de resolução é um tema de pesquisa muito mais raro. De fato, apenas um conjunto de artigos dos anos 1970 aborda este tema (Mower, 1962; Jacobsen, 1969; Rai, 1977). As estratégias de patrocínio desenvolvidas por um bloco específico foram pesquisadas com mais frequência (ver assim a União Europeia, no estudo de Laatikainen & Smith, 2006 ou o Grupo dos 77 no estudo de Stockman, 1977). O tempo muito longo para a obtenção e organização dos dados pode ser um motivo explicativo do escasso volume de publicações<sup>12</sup>.

O estudo dos patrocínios apresenta várias vantagens específicas: sendo que a taxa de resoluções votadas na Assembleia Geral raramente excede 25% (os três quartos restantes das resoluções são adotados sem voto, por consenso), estudar os patrocínios de resolução permite considerar o total das resoluções adotadas durante uma sessão (ou seja, mais ou menos 300 textos). Do mesmo modo, os automatismos parecem menos frequentes: enquanto numerosas

12. Existe uma base acessível dos votos na Assembleia Geral (Voeten, 2009), mas o equivalente para os patrocínios de resolução ainda não está disponível.

resoluções são adotadas por uma arrasadora maioria, poucas resoluções são patrocinadas por um grande número de delegações. As únicas resoluções com extensivo patrocínio são as relativas à entrada de um novo Membro na ONU: é costume de fato que tal tipo de resolução seja patrocinado por todas as delegações presentes durante a sessão<sup>13</sup>.

Existem então vantagens e desvantagens. Algumas resoluções são apresentadas por blocos ou comitês cuja composição resulta de votos implicando os diversos blocos regionais (sobre a composição e evolução destes blocos, veja Beauguitte, 2010), seria então abusivo interpretar o fato como uma afinidade político-espacial entre os patrocinadores presentes.

Outra maneira mais incômoda refere-se à forma de mencionar os blocos autores de resolução. Em certos casos, algumas resoluções são ditas apresentadas em nome de tal ou tal bloco, em outros casos a lista dos Estados-Membros aparece, mas o bloco não. Assim, até 2010 inclusive, a União Europeia nunca aparece como si própria, mas a lista de seus Membros aparece sistematicamente.

As figuras 6 e 7 apresentam quais pares de Estados adotam estratégias similares de patrocínio em 60% dos casos dentro da Terceira Comissão entre 1986 (41ª sessão) e 1996 (51ª sessão). A escolha da Terceira Comissão em lugar da Assembleia Geral permite evitar alguns das formas acima realçados (resolução referindo-se à entrada de um novo Membro ou eleição). Ademais, a maior parte das resoluções adotadas na Terceira Comissão é relativa à situação dos Direitos Humanos e este é, ainda hoje, um dos temas que mais clivagem na ONU.

A situação em 1986 é marcada pela presença de um bloco de Estados do Terceiro Mundo, de um conjunto Socialista e finalmente de pequenos blocos de Estados neutros (veja a tríade Dinamarca-Noruega-Suécia ou a díade Islândia-Finlândia). Dez anos depois, o bloco mais denso é composto pela União Europeia e Estados próximos, seja uma proximidade geográfica ou ideológica ou cultural (Austrália, Canadá) e a situação não mudou muito desde então. Os outros blocos presentes são baseados em proximidades geográficas (Grupos Africano, Árabe, da América Latina, do Caribe). Vale ressaltar o bloco formado em torno do Iraque e composto pelos Estados pária da época (Coréia do Norte, Líbia, etc.).

---

13. O pedido palestino de setembro 2011 foi a exceção confirmando a regra.

Figura 6: Os patrocínios comuns em 60% ou mais dos casos, na Terceira Comissão, em 1986-1987

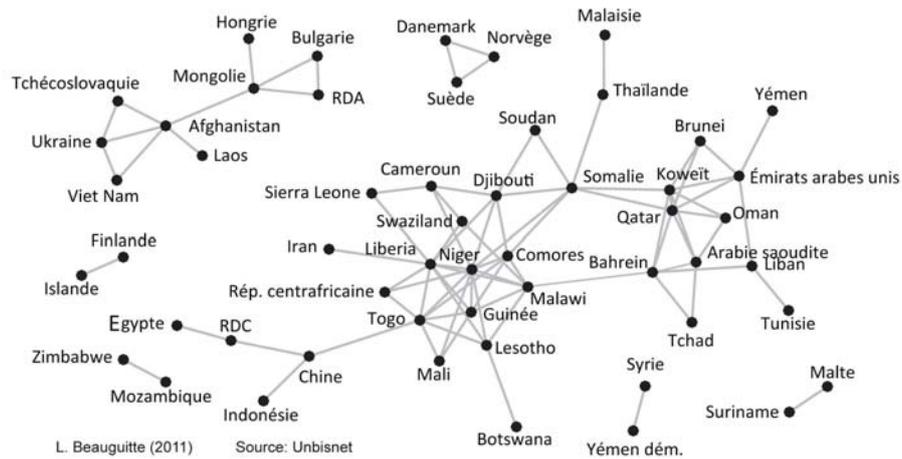
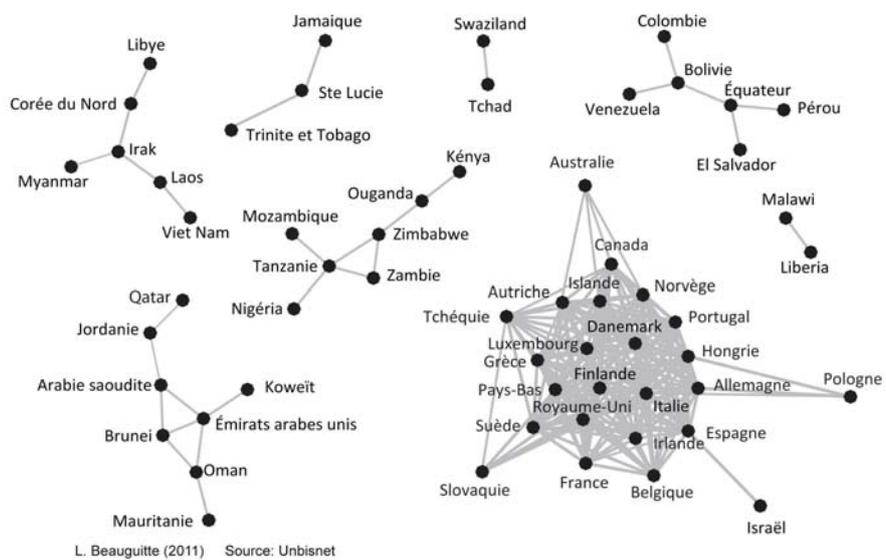


Figura 7: Os patrocínios comuns em 60% ou mais dos casos, na Terceira Comissão, em 1996-1997



Figuras 6 e 7: Nestes gráficos, a respectiva posição das diferentes componentes conexas (conjunto de atores que podem estar juntos por uma ou mais ligações) não tem nenhum significado específico. Dentro de cada componente conexas, os atores tendo o maior número de ligações ocupam a posição central, os atores com poucas relações são

colocados em posição periférica (grafos realizados com R, package statnet, algoritmo de Fruchteman-Reingold).

## CONCLUSÃO

A Queda do muro de Berlim foi, na época, apresentada como o fim dos confrontos ideológicos em escala mundial, até mesmo como o “ fim da história ”<sup>14</sup>. A observação da evolução das relações entre Estados e blocos regionais na Assembleia Geral da ONU permite atenuar um pouco tal apreciação.

Em primeiro lugar, vale lembrar que o suposto fim das ideologias significa na verdade a dominação arrasadora, porém contestada, da ideologia liberal. Em segundo lugar, esta visão não leva em conta as inércias históricas atuando nas relações internacionais. A permanência do Grupo dos Países Não Alinhados depois do fim da Guerra Fria é um exemplo entre outros da persistência de divisões ideológicas existente em escala mundial.

Não deixa, contudo, de ser verdade que o estudo dos patrocínios de resolução e dos discursos na ONU ressalta com grande nitidez o reforço das lógicas regionais baseadas na proximidade espacial dos atores em jogo. Este processo de regionalização política é sem dúvida um reflexo da crescente regionalização econômica que podemos observar em escala mundial (sobre este tema, veja Flandes, 2010). É igualmente possível interpretá-lo como uma estratégia defensiva elaborada pelos atores mais fracos do sistema-mundo. Não é anódino o fato de a Rússia ou os Estados Unidos nunca aparecerem nos grafos...

Esta regionalização política variável dependendo dos espaços (flagrante, porém múltipla na América Latina; forte e centrada na União Europeia no que diz respeito à Europa ocidental) vai transformando aos poucos o sistema da ONU. O estatuto de observador reforçado adquirido pela União Europeia durante a 65ª sessão (resolução A/65/276 adotada em 3 de maio 2011), embora (ainda ?) não permita a União Europeia votar uma resolução, amplia de modo significativo as competências da mesma (direito a tomar a palavra, direito de resposta, patrocínio, etc.). É bem provável que nos próximos anos outras organizações regionais adquiram competências ampliadas.

No entanto, assim como as lógicas regionais não se substituem às lógicas ideológicas, estas dinâmicas não significam a comutação a termo de uma lógica nacional por uma lógica regional, mas com muito mais certeza, uma imbricação crescente de escalas de referência variadas e múltiplas.

---

14. A expressão foi, ao que parece, imposta por seu editor ao Professor Universitário Fukuyama, cujo trabalho é muito mais matizado do que esta expressão inconveniente.